



“ELES ACREDITAVAM QUE NÃO FÔSSEMOS CAPAZES, TALVEZ COMO SE FÔSSEMOS... MULHERES” - DESIGUALDADES DE GÊNERO E INVISIBILIDADES NO SERVIÇO PÚBLICO: RESISTÊNCIA DE MULHERES TRABALHADORAS DE UMA AUTARQUIA FEDERAL

Caroline Akemi P. Imai¹, Élide A. Hennington²

¹ INMETRO, caimai@inmetro.gov.br

² ENSP / FIOCRUZ, elidahennington@gmail.com

Propósito

O estudo, realizado no âmbito do Programa de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública da ENSP- FIOCRUZ, teve como objetivo analisar as trajetórias laborais de mulheres servidoras públicas do Inmetro, resgatando suas vivências e experiências relacionadas à desigualdade de gênero e investigando as estratégias de resistência adotadas por elas, pretendendo contribuir para a visibilização da opressão das mulheres e a conscientização da injustiça subjacente a ela.

Revisão da literatura

A teoria decolonial, especialmente de gênero, proposta por María Lugones (1944-2020), foi a base teórica utilizada, por dar conta de explicar o surgimento da diferença entre as pessoas e de seu uso como um instrumento de hierarquização, segregação e discriminação. Considerou-se o sistema colonial de gênero marcado pela interseccionalidade ou entrelaçamento das experiências de raça, gênero, sexualidade e classe. Assim priorizou-se autoras, especialmente as do feminismo negro, mulheres, pessoas negras e pertencentes ao sul global como referências teóricas para esta discussão.

Devido ao lócus de pesquisa ter sido uma instituição pública, a discussão teórica foi contextualizada no âmbito do serviço público federal brasileiro, resgatando uma visão ampliada de saúde do trabalhador, argumentando a importância de considerar os marcadores

sociais da diferença como seu condicionante social. Assim, defendeu-se a importância de se promover a saúde considerando o trabalhador em sua totalidade, visto que a homogeneização em políticas amplas e a invisibilidade da diferença pode significar a reprodução do mecanismo social de discriminação, como um tipo de violência relacionado a um não-direito à existência igualitária (Alvim, 2019). A abordagem da decolonialidade e das opressões na perspectiva interseccional pelo campo da Saúde do Trabalhador ainda é relativamente recente, especialmente no contexto do serviço público, e se coloca como um amplo campo para a pesquisa das relações saúde-trabalho.

Procedimentos metodológicos

A escolha metodológica refletiu a teórica e buscou uma aproximação com as servidoras a partir de suas Histórias de Vida, na tentativa de desvendá-las em sua complexidade e descobrindo suas nuances de resistência e de (re)existências. O estudo configurou-se como uma pesquisa qualitativa de abordagem biográfica, que utilizou entrevistas de trajetória de vida (Neves, 2003) para a produção de dados, a qual permitiu adentrar o universo das mulheres além de possibilitar um espaço de escuta, acolhimento e reflexão sobre suas vivências.

Inicialmente realizou-se um levantamento de dados disponibilizados pelo SIAPENet, o qual ofereceu o perfil sociodemográfico e ocupacional da força de trabalho do Inmetro, com foco na representatividade em marcadores sociais. A seleção das entrevistadas considerou essa diversidade dos marcadores encontrada: raça/cor, idade, vivência da deficiência, tipo de inserção na estrutura e hierarquia organizacional, nível hierárquico (nível médio ou superior) e ocupação de cargo/função de liderança. Por ser uma instituição forte na área de pesquisa, sob o viés da ciência e tecnologia, áreas do conhecimento tradicionalmente atribuídas ao sexo masculino na divisão sexual do trabalho, optou-se por incluir o marcador relacionado à natureza da atividade, se trabalha em área de pesquisa ou área meio, na seleção.

Foram coletados os relatos de dez mulheres servidoras, os quais resgataram suas histórias de vida laboral, a partir de um roteiro semiestruturado. As mulheres demonstraram disponibilidade e coragem para se expor, consciência do lugar social e político que ocupam e muita honestidade ao relembrar suas trajetórias. As entrevistas foram transcritas e a análise

dos relatos foi feita a partir da técnica de análise temática, mas contou com uma etapa extra, na qual as entrevistadas leram, criticaram e validaram o próprio relato e a análise preliminar realizada pela pesquisadora. O objetivo deste passo foi valorizá-las enquanto protagonistas de suas histórias e construir juntas o trabalho. Esse percurso gerou a autorreflexão e a transformação dos conhecimentos e visões de mundo de todas, num processo de reinvenção de si e de escolhas passadas e futuras.

Os dados produzidos foram consolidados em quatro categorias que se inter-relacionam intimamente e se sobrepõem sempre mantendo o horizonte da multiplicidade que forma um ser humano completo, histórico, complexo e rico (Lugones, 2020) (Lorde, 2019), a saber: “Gênero e trabalho”, “Trabalho como Reprodução Social: o impacto da maternidade e do trabalho não remunerado na carreira das mulheres”, “Trabalho e Interseccionalidade” e “Resistência como marca”.

Resultados

Os resultados desenham um retrato institucional do Inmetro em termos de desigualdade, comprovando que as mulheres correspondem a 31% de seus servidores e vivenciam questões de discriminação relacionadas à divisão sexual do trabalho e aos estereótipos inerentes ao sistema colonial moderno. Verificou-se a existência das barreiras invisíveis e silenciosas impostas pelas dinâmicas do piso pegajoso, principalmente devido à natureza das atividades da instituição, ligadas à área de ciência e tecnologia, e do teto de vidro, sendo unânime a quase inexistência de mulheres em cargos de alta chefia.

Da mesma forma, o trabalho reprodutivo se mostrou um importante balizador das carreiras das entrevistadas. Todas sentem a sua influência e a desvantagem que traz, ainda que em diferentes medidas. Essa vulnerabilidade foi maior para aquelas que engravidaram ainda jovens e definiram suas trajetórias e escolhas profissionais a partir da responsabilidade imposta a elas pelo trabalho de cuidado. A carreira se tornou um meio de assegurar a estabilidade e segurança financeira para a família e menos um instrumento de satisfação profissional. As mulheres introjetam a obrigatoriedade desse duplo vínculo, repleto de exigências e cobranças, entre demonstrar competência na carreira e na maternidade, além de ainda recair sobre elas o peso das decisões e das pressões sociais relacionadas ao trabalho

reprodutivo. As vidas construídas exclusivamente sobre o trabalho não as eximem de vivenciar sentimentos de insuficiência frente a todas as responsabilidades que assumem e de sentirem os impactos em seus corpos e históricos médicos.

Importantíssimo ressaltar que mulher não se configura como uma categoria universal e os problemas de discriminação por gênero não vêm isolados, mas são agravados ou amenizados por diferenças entre os distintos grupos de mulheres. E apesar de se propor a não hierarquizar os sofrimentos, foi possível entender que especialmente a desigualdade racial tem um custo alto para as mulheres, tanto na construção de suas carreiras quanto custos psíquicos em suas subjetividades.

Apesar de todas as opressões, o mais bonito foi ver que as mulheres resistem cotidianamente e a pesquisa refletiu sobre as estratégias adotadas por elas no ambiente de trabalho, já sabendo que a resistência seria do cotidiano. Lugones (2020) e Lorde (2019) falam da resistência como a possibilidade de agenciamento, mínima que seja, gerada pelo fato de existir num sistema que não te considera como um ser humano. Mas essas mulheres existem. E seguem subvertendo aquilo que socialmente se espera delas: ocupando lugares historicamente masculinos, utilizando os estereótipos masculinos e femininos a seu favor, entendendo os mecanismos de opressão a que estão sujeitas e mostrando os resultados de seus esforços. Para além, resistem na insistência de seguirem seus sonhos e de quererem sentido e propósito ao invés de só um salário. As mulheres resistem sustentadas por suas redes de apoio, em geral suas famílias e, ao atingirem seus objetivos, resistem ao se tornarem o sustento e a inspiração para outras mulheres.

Implicações da pesquisa

A falta de instrumentos e espaços institucionais que tratem sobre os pontos discutidos aqui favorece a permanência da desigualdade e faz com que as estratégias de resistência se restrinjam ao individual, quando poderiam se fortalecer sobremaneira no coletivo. Elas vêm ensaiando timidamente algumas ações, mas torço para que essa pesquisa possa movimentar o Inmetro nessa direção. Mas, principalmente, espera-se que quem leia essa dissertação possa realmente enxergar essas mulheres, na totalidade de quem são: desafios, força e potencial.



REFERÊNCIAS

- Alvim, Monica Botelho. (2019). A Gestalt-Terapia na Fronteira: Alteridade e Reconhecimento como Cuidado. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(spe), 880-895. Recuperado em 01 de nov de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000400003&lng=pt&tlng=pt.
- Lorde, Audre. (2019). *Irmã outsider* (tradução Stephanie Borges, 1. ed., 240pp). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Lugones, Maria. (2020). Colonialidade e gênero. In: H. B. Hollanda (org.), *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais* (381pp). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Neves, Lucila Almeida. (2003). Memória e História: potencialidades da história oral. *ArtCultura* (v.5, n.6), p. 27-38.